

**AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM SERGIPE E NO MARANHÃO:
ANALISANDO ELEMENTOS DE *ACCOUNTABILITY* PRESENTES NO
SAESE E NO SEAMA**

Laura Pinto Nascimento Maia

UFPE, laura.maia@ufpe.br

Juliana Suellen Gomes Figueiredo

UFPE, juliana.figueiredo@ufpe.br

Ana Lúcia Felix dos Santos

UFPE, ana.fsantos@ufpe.br

1. Introdução

Este trabalho, parte de uma pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, analisa as políticas de avaliação educacional nos estados de Sergipe e Maranhão, focando em suas relações com a *accountability* educacional. Inserido na pesquisa macro "Dispositivos de inovação e fortalecimento das políticas de *accountability* educacional: uma análise do Nordeste Brasileiro", seguida da pesquisa iniciada em 2023 com foco nos estados de Pernambuco e Ceará, o alvo deste estudo é analisar os meios de fortalecimento implementados às políticas com fortes características de *accountability*, com base nos elementos de políticas de avaliação, prestação de contas e responsabilização no Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA) e no Sistema de Avaliação da Educação de Sergipe (SAESE). Tais políticas surgem no contexto de mudanças dos anos 1990, com a Nova Gestão Pública, que enfatizou eficiência, transparência e responsabilização por resultados, adotando práticas de *accountability*, características adotadas pelo modelo gerencialista na forma da organização e funcionamento do Estado, com vistas para a eficiência e eficácia, como pontuam (Silva e Carvalho, 2014).

O SEAMA e o SAESE, implementados em 2019 e 2020, visam o controle do desempenho dos alunos e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em

resultados. Ambos os sistemas se alinham às metas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e buscam fornecer dados estratégicos para a melhoria do ensino-aprendizagem. A pesquisa tem como objetivo mapear e analisar os dispositivos criados em Sergipe e Maranhão para fortalecer políticas de *accountability* educacional, incluindo a caracterização de políticas de avaliação e a análise da influência do CAEd na formulação dessas políticas. A abordagem adotada é qualitativa, com análise documental e categorização dos dispositivos normativos dos sistemas SEAMA e SAESE de 2000 a 2024, para entender suas mudanças e impactos na gestão educacional. O objetivo final é contribuir para o fortalecimento da qualidade educacional nas regiões analisadas.

2. Desenvolvimento

2.1 Política e *Accountability* Educacional

A política educacional estuda a interação entre Estado, sociedade e o sistema educacional, focando nos processos de criação, implementação e avaliação das políticas públicas. Ela abrange aspectos normativos, ideológicos, técnicos e operacionais, com ênfase nos objetivos e resultados das ações governamentais. Este estudo analisa a política educacional brasileira a partir dos teóricos Espinoza (2009), Azevedo (2000) e Souza (2016), focando na política de *accountability*, baseada em avaliações de larga escala nos estados de Sergipe e Maranhão.

Apesar das transformações nas políticas educacionais brasileiras, essas ainda são excludentes e seletivas, como aponta Azevedo (2000). Souza (2016) amplia tal visão, considerando a política educacional como um campo que envolve discursos políticos, relações de poder e dinâmicas institucionais que influenciam a educação. Muitas vezes, essa política assume uma abordagem gerencialista com caráter punitivo, como afirma Afonso (2012), o que pode reforçar desigualdades sociais e ideais neoliberais, sem respeitar a autonomia dos avaliados e desconsiderando o interesse público (Ryan, 2004 *apud* Afonso, 2012).

A *accountability* educacional, por sua vez, é uma estratégia regulatória alinhada ao capitalismo, visando padrões de coesão social. Afonso (2010) propõe um modelo de análise da *accountability* na educação com três pilares: responsabilização, prestação de

contas e avaliação educacional. A responsabilização envolve penalidades, reconhecimento do mérito e recompensas; a prestação de contas está relacionada à transparência e divulgação das ações; e a avaliação refere-se à produção e análise de informações, gerando juízos de valor. Esses três pilares sustentam as políticas de *accountability*, que podem se manifestar separadamente ou de forma integrada, e são a base da investigação neste estudo.

2.2 Política de *Accountability* Educacional em Sergipe e Maranhão: Dispositivos e Normativas

Nos estados de Sergipe e Maranhão, a execução de políticas de *accountability* tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação por meio da avaliação de desempenho e responsabilização de gestores. Ambos os estados adotam mecanismos para monitorar os resultados das escolas a fim melhor alocar recursos e promover intervenções pedagógicas. Assim, tomamos como foco de análise as normativas que embasam os diversos dispositivos (prêmios, bonificações, sistemas de avaliação) e que substanciam o fortalecimento das políticas de *accountability* educacional em ambos os Estados, apresentados a seguir:

Tabela 1 - Programas/ Políticas de Avaliação e Premiação em Sergipe - SAESE (em andamento)

Prêmios	Lei/Decreto	Público alvo
Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE)	Lei Nº 8.595, de 07 de nov. de 2019.	Estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, e 3º ano do Ensino Médio, da Rede Pública Estadual.
Programa Alfabetizar pra Valer	Lei Estadual nº 8.597/2019 de 07 de nov. de 2019	Educação Infantil; 1º e 2º ano do Ensino Fundamental
Índice de Desempenho Escolar em Sergipe (IDESE)	Portaria Nº 1957/2022/GS/SEDUC de 20 de maio de 2022	Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino.

Fonte: FIGUEIREDO (2025)

Tabela 2 - Programas/ Políticas de Avaliação e Premiação no Maranhão - SEAMA (em andamento)

Prêmios	Lei/Decreto	Público alvo
Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA)	Indisponível	Estudantes do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e do 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública.
Bolsa Auxílio Educacional (BAE)	Lei Nº 11.515, de 29 de jul de 2021	Profissionais da educação, servidores públicos ou não, que, participem do processo de formação, avaliação educacional, acompanhamento técnico pedagógico ou gestão de programas desenvolvidos pela SEE.
Prêmio Escola Digna	Lei Nº 11.515, de 29 de jul. de 2021	Escolas Públicas com os melhores resultados de aprendizagem
Sistema de Monitoramento e Avaliação do Estado do Maranhão	Lei Nº 11.630, de 21 de dez. de 2021	Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino

Fonte: MAIA (2025)

Em Sergipe, políticas educacionais focam na avaliação de desempenho dos alunos, com destaque para o uso de indicadores para medir os avanços nas escolas. O Estado tem investido em sistemas de avaliação para acompanhar a evolução dos estudantes e garantir que as escolas atendam a padrões de qualidade. Tais avaliações são usadas para premiar escolas e educadores com base nos resultados obtidos, criando um sistema de incentivos para melhora de índices educacionais. Porém, o modelo enfrenta críticas pela ênfase excessiva em resultados quantitativos, que podem limitar o teor pedagógico.

No Maranhão, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Maranhão também se destacam como ferramentas para medir o desempenho das escolas e orientar políticas de intervenção. A alocação de recursos e a definição de ações para as escolas dependem dos resultados das avaliações, com bonificações para as unidades que apresentarem bons desempenhos. Apesar dos avanços, a avaliação baseada em métricas pode gerar um foco excessivo em testes e resultados numéricos, deixando de lado aspectos importantes da formação dos alunos, como o desenvolvimento crítico e criativo.

Ambos os estados demonstram que as políticas de *accountability* têm contribuído para melhorias nos indicadores educacionais, mas também apresentam desafios relacionados à simplificação da complexidade do ensino, ao focar em métricas de desempenho em detrimento de uma avaliação mais holística. Diante disso, a pesquisa avança na análise do quão forte os dispositivos e normativas apresentadas nas tabelas referentes ao mapeamento, têm se revelado em ambos os Estados e como o CAEd tem se manifestado e influenciado o âmbito escolar na tentativa da melhoria nos índices educacionais.

3. Considerações Finais

Com base no que foi apresentado, pode-se afirmar que o tema proposto é extenso e complexo, motivo pelo qual a pesquisa segue em andamento. A análise dos documentos desenvolvida até o momento, mostra que a padronização das avaliações em larga escala, usada em processos de *accountability* educacional, e a ênfase nas dimensões quantitativas das avaliações, acabam deixando de lado a importância do aspecto social, inclusivo e contextual da educação. Portanto, é fundamental repensar as políticas educacionais e os mecanismos de *accountability* nos Estados analisados. "A qualidade na educação não pode ser medida de forma simples, e as condições para alcançá-la não são iguais em todos os contextos", como destaca (Souza, 2016, p. 79).

4. Referências

AFONSO, A. J. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Orgs.). **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 147-170.

_____. PARA UMA CONCETUALIZAÇÃO ALTERNATIVA DE *ACCOUNTABILITY* EM EDUCAÇÃO. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr. - jun., 2012.

_____. Novos caminhos para a sociologia: tecnologia em educação e *accountability* digital. **Educação e Sociedade**, v. 42, e250099, 2021.

DE AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.;

AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. Cortez. 3.ed. v. 5, p. 17-42, 2000.

DE SOUZA, Ângelo Ricardo. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, 2016, pp. 75-89.

ESPINOZA, Oscar. Reflexiones sobre los conceptos de “política”, políticas públicas y política educacional. **Education Policy Analysis Archives/ Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. Arizona, State University, vol. 17, enero- diciembre, pp. 1-13, 2009.

SILVA, Marcelo Soares Pereira; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do Gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.50, n.36, p.211-239, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085>>. Acesso em: 12 fev. 2025.